

 **Pacifismo Negro*****Black Pacifism***

Ciro Oiticica*

INTRODUÇÃO

O branco sempre deu cores à paz. Nele se unem todos os matizes e credos. Mas a cor passa também a falsa ideia de que a paz depende tão somente da delicadeza e da candura, sugere que ela é o estado natural das coisas sem violência e não um objetivo que deve ser ativamente construído. Sob essa crença, já se realizaram diversas formas de protesto tão legítimas e comoventes quanto ingênuas e vãs.

Um dos aspectos do pacifismo que busca uma real transformação da sociedade é de fato a delicadeza de uma postura ética. É preciso compreender que a mudança parte de dentro, em uma abertura radical à autocrítica. Tolerância, crescimento a partir do contraditório, firmeza de ideais e princípios, ternura, respeito à liberdade e à vida. Mas não só. O aspecto político tem que estar presente: ação, persistência, inquietação, organização, trabalho.

Seria ingênuo crer que a simples denúncia e expressão indignada bastam. A injustiça não se comove com o que não a desafia, não se resolve apenas na compaixão. Ela emana do automatismo de uma estrutura social em que a vida perde valor, a violência se banaliza e se cometem atrocidades não necessariamente por maldade, mas por obediência à repetição e à descrença.

O verdadeiro inimigo do Pacifismo Negro não é a injustiça, portanto. É a ignorância que a alimenta. Nossa proposta, assim, é amar a justiça ao invés de odiar a injustiça.

Não é apenas sensibilizando pessoas que superaremos nossos males, mas trazendo-as para a defesa de seus direitos que imponha transtornos persistentes à (des)ordem injusta. São necessários desafios políticos ativos, através da desobediência civil, não-cooperação e não-violência, que questionem amplamente as injustiças e estimulem a ação cidadã.

Escolher o negro é subverter associações fáceis e acríticas. Um novo mundo requer novas formas de pensar. A luz não deve vir de fora, mas de dentro. O branco, cor de todas as respostas, é ofuscado pelo negro, que enseja a criação de luz própria a partir da reflexão e da emancipação. E negra será a raiz da liberdade.

Nessa forma de pensar, não sejamos escravos das oposições. A escuridão pode dar a luz, no ventre da emancipação, e a luz, a escuridão, na ignorância do totalitarismo. O policial pode ser manifestante, no clamor pela desmilitarização, e o manifestante, policial, na injustificável barbárie de um justiceiro. A violência de um caveirão invoca a paz hipócrita e a verdadeira paz pode violentar uma ordem injusta pela transformação.

* Graduando em Comunicação Social na UFRJ e Relações Internacionais na PUC-Rio. Endereço: Av. Pasteur, 250 – Fundos, Praia Vermelha - 22290-902 - Rio de Janeiro – RJ. Telefone: (21) 3873-5075. E-mail: ciro.oiticica@gmail.com

E sem violência física.

Não devemos enfrentar a opressão com o que nos confunde, mas com o que nos diferencia dela. Só essa atitude pode ser verdadeiramente libertária.

Sem ingenuidade e com o sacrifício que a causa requer: paz não é ausência de guerra, mas presença de justiça.

TÁTICA

O Pacifismo Negro é uma tática de protesto expressamente pacífica, mas fundamentada na provocação contundente à injustiça de supostas ordens. “Supostas” pela simples ideia de que só pode haver ordem se houver justiça. A tática se dá pelo desafio político, lançando mão de métodos como a desobediência civil, a não cooperação e a não-violência para entravar o normal funcionamento de uma (des)ordem e massificar o levante popular contra dadas injustiças. Após fenecerem com o gradual silenciamento da mídia corporativa, acreditamos que esses métodos podem ser retomados diante do advento e popularização de novas mídias. A seguir começamos a esboçar alguns de seus princípios.

IDENTIDADE ESTÉTICA

Aquele que pratica a tática negro-pacifista não porta qualquer signo diferenciador. O que o identifica é a crença nos métodos provocadores e pacíficos, a firmeza em seguir uma disciplina moral não-violenta e a determinação em desafiar a injustiça onde quer que ela se encontre. As ações também servem de reconhecimento quando se desobedecem leis absurdas e se infringem normas abusivas.

A estética, contudo, é um aspecto imprescindível. Meios inovadores, criativos e inesperados têm maior alcance no pensamento da população, despertarão mais simpatia e conseguirão maior adesão do que métodos repetidos e desgastados. Por isso mesmo, eles só podem ser definidos caso a caso, de acordo com a especificidade de cada protesto.

A campanha contra os tecidos ingleses na Índia, por exemplo, assumiu a forma de boicote e queima de roupas britânicas, enquanto a campanha do sal consistia na produção local da especiaria. No Brasil, temos o caso recente dos garis, que deixaram todo o lixo nas ruas, como mensagem muito clara de sua importância e necessária valorização. E os futuros desafios terão que encontrar seus próprios meios com criatividade, o que não falta em nossa cultura.

A horizontalidade é outro aspecto. A ausência de liderança, a difusão das responsabilidades e a descentralização das ações são traços de recentes protestos que driblam a cooptação e a corrupção e permitem um amplo processo de conscientização. A horizontalidade não se prende a indivíduos, mas sobrevive enquanto ideia e pode se disseminar ao sabor dos ventos da informação.

LUTA NA DIMENSÃO DA CONSCIÊNCIA

A demonização de quem quer que seja é o primeiro passo para a incompreensão e a intolerância. Ela cria falsas inimizades. "Os únicos demônios neste mundo são os que perambulam em nossos corações, e é aí que as nossas batalhas devem ser travadas.", disse Gandhi. Talvez possamos evoluir se ao invés de apenas acusar pensemos em

que medida somos também responsáveis e como podemos lutar para que aquilo que criticamos não se repita. Isso é combater nossos demônios.

Na superação mental dos opostos e demonizações, devemos agir politicamente para sensibilizar a consciência e resgatar a humanidade do policial, também vítima da opressão, e trazê-lo para a luta da desmilitarização. Poderemos alimentar o trabalho jornalístico isento e responsável, confiando em repórteres e editores íntegros, para que conquistem pouco a pouco o espaço de seus diretores ocultos, inescrupulosos e conservadores.

O pacifismo é negro porque convoca à ação. E onde quer que haja injustiça, ela deverá ser enfrentada. Mas tem que estar claro que essa luta é contra o ódio e não contra pessoas. Quando atacamos, desqualificamos policiais, jornalistas ou manifestantes, não estamos lutando contra o ódio, mas a favor dele, alimentando-o nesses que consideramos equivocadamente inimigos e em nós mesmos. O verdadeiro inimigo não são eles, mas o ódio que os habita e sempre pode nos habitar.

A consciência dos que sofrem as injustiças, porém, é a mais fundamental nessa luta não-cooperativa. Somente com nosso levante, de quem não aceita mais os abusos, é que se poderá pressionar a sociedade e impor pacificamente a mudança para melhor. E essa adesão só será possível pelo despertar da consciência e do imperativo da ação diante de uma injustiça. Esse é o maior desafio: provar que a omissão pode ser superada e a ação, frutificar.

Nessa luta na dimensão da consciência, que por toda parte se levante a névoa do questionamento para um movimento irrestrito de fraternidade, autocrítica, reflexão, ternura e evolução.

O PODER DA NÃO-VIOLÊNCIA

Nada fere mais o agressor do que a impotência de ter seu poder simbólico ignorado. A mais transformadora violência que se pode cometer, assim, é à consciência. E a forma mais rápida de acessá-la é pelo sacrifício. “Se o seu inimigo lhe bate na face direita, ofereça a face esquerda”. Dar a outra face para que perante os outros a covardia se torne óbvia, o agressor se conscientize de sua própria injustiça e se abra a possibilidade da mudança pelo exemplo, para as pessoas, e pelo constrangimento, para o opressor. A coragem e determinação demonstrada enquanto nos expomos aos golpes sem revidar, mas convictos de nossa causa, desperta algo na natureza humana que leva todos a refletirem sobre a injustiça.

Como em toda luta, haverá dor, naturalmente. Ser agredido sem revidar lesiona o corpo. Mas lesiona mais a consciência de quem agride, enquanto fortalece a nossa e a de quem presencia o sacrifício. Nessa luta, o que está em jogo não é apenas o respeito ao cidadão. É o direito de participarmos das decisões de nossa cidade e de nossas vidas. É o dever de agirmos de acordo com o que acreditamos. É a integridade humana na harmonia entre crer, pensar e agir. É a vida digna.

E só terão nossa dignidade se a entregarmos, se voltarmos a viver de cabeça baixa, ajoelhados, crendo apenas em nossa impotência. Mas a vontade plena de se lutar por justiça é indomável. A derrota é impossível. Podem nos prender, nos bater, deixar-nos sem comer – e já o fizeram. Podem até nos matar. Então, eles terão nossos corpos, mas não nossas almas, lar da dignidade. Eles terão nosso cadáver, mas não nossa obediência.

A vontade e o espírito, nossos bens maiores, jamais podem ser tomados sem nosso consentimento e sobrevivem aos nossos corpos.

A justiça de nossa causa e agressões que sofreremos despertarão a indignação de outras vozes que virão se juntar nas ruas, em uma crescente constante. Desde junho de 2013, a comoção em torno das manifestações se deu quando fomos vítimas e não agressores.

O ato de sofrer essa injustiça será sua denúncia e condenação. A estrutura repressiva do Estado perderá legitimidade e se abalará de uma maneira de que nenhuma violência física é capaz. Ao invés da força, a repressão será a fraqueza do Estado. Iremos subverter sua arma e torná-lo impotente. Então só restará aceitar a justiça como resposta.

DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Se uma lei é injusta, temos o dever de desafiá-la sem trégua. Esse é o pilar da ideia desenvolvida por Thoreau. Segundo suas palavras, “cultivar o respeito às leis não é desejável no mesmo plano que o respeito aos direitos”. E “a única obrigação que temos o direito de assumir é fazer a qualquer momento aquilo que julgamos certo”.

No mesmo tom, disse Martin Luther King Jr: “uma pessoa não tem uma obrigação legal, mas moral de seguir leis justas. Pelo contrário, uma pessoa tem uma obrigação moral de desobedecer leis injustas.”

A desobediência é um direito. Para quem busca viver com justiça e integridade, porém, ela é mais do que um direito: é um dever.

A única referência absoluta que devemos ter, portanto, é nossa consideração da justiça. Com a visão clara de onde ela se manifesta ou não, nossa consciência nos impõe o dever de agir de acordo com ela. Não fazê-lo é demonstrar má fé e os efeitos degradantes desse ato se revertem contra nós mesmos, em pessoas inanimadas, desacreditadas e sem autorrespeito. Até quando aceitaremos baixar a cabeça ao opressor?

Ridicularizemos toda repressão do Estado mostrando sua loucura. Será terrorismo o ato de se manifestar? Vamos às ruas. Usar máscaras? Baile de Carnaval. Estar no perímetro de estádios durante a Copa sem ingresso? Mais um rolezinho. Ser proibido sob pena de multa de passear no shopping? Idem. Gás lacrimogêneo e spray de pimenta? Suportemos sem resignar. Tarifa abusiva no transporte público? Pulemos a roleta.

Mas para que isso não caia em uma mera teimosia individual, é preciso que conheçamos nossos direitos e levemos essa consciência à sociedade. Levantarmo-nos e lutarmos por eles juntos, como disse Bob Marley, que também afirmou ser a principal arma do Estado não as leis, mas nossa ignorância das leis. Que tenhamos todos consciência de nossos direitos, para cobrá-los com firmeza, autoridade e convicção, e principalmente com a força da multidão.

NÃO-COOPERAÇÃO

A ideia é simples: os governantes precisam dos governados para governar. Sem nossa cooperação e obediência, governar é impossível. Só isso explica como meia dúzia de políticos consegue se impor a uma população de 15 milhões no Rio. É porque obedecemos e cooperamos que eles conseguem implementar medidas, aumentar

tarifas, orientar investimentos, arrecadar impostos. Cooperamos quando aceitamos pagar uma tarifa absurda de transporte público sem reclamar. Cooperamos quando assistimos calados a desvios colossais de dinheiro público para a Copa do Mundo em vez de educação e saúde. Cooperamos quando resolvemos pagar um plano de saúde ou uma escola particular em vez de exigir escolas e hospitais públicos com profissionais valorizados e acesso universal.

E não cooperamos quando vamos pras ruas, quando ocupamos espaços públicos, quando pulamos a roleta, quando gritamos que não vai ter Copa enquanto não houver direitos. Os abusos só acontecem porque deixamos isso acontecer. Mas o que vai acontecer no dia em que toda essa gente se recusar a baixar a cabeça?

MÍDIA ALTERNATIVA

A mídia alternativa tem papel crucial nessa tática. O *streaming*, transmissão ao vivo a partir de celulares, é uma revolução ainda subestimada. É ela que testemunhará e reportará as injustiças tão presentes no coração de quem as sofre. É ela que fornecerá as provas da justiça de nossos atos e ideias.

Os Panteras Negras garantiam seus direitos aplicando a lei estadunidense: defendendo legitimamente seus direitos com armas de fogo. Foram pacíficos, justamente porque não precisaram atirar. Quando atiraram, perderam legitimidade.

Em analogia aos Panteras, o *streaming* é nossa arma, na garantia de nossa dignidade através da denúncia dos abusos e do testemunho de uma persistência inabalável.

À semelhança do *streaming*, as redes sociais também foram revolucionárias. O poder de articulação, discussão política e aproximação que elas possibilitaram facilitou a organização dos atos, a conscientização e a denúncia das arbitrariedades.

Elas ainda escancararam as manipulações da mídia tradicional, inaugurando, nessa coexistência, uma nova fase do jornalismo. Diversas vezes, foram as redes sociais que pautaram as grandes empresas de comunicação, inclusive fornecendo nem sempre voluntariamente as imagens dos atos e dos abusos.

É possível que estejamos em um momento de resgate da desobediência civil pacífica, justamente pelas potencialidades abertas pelas novas mídias. Nos EUA, o movimento por direitos que atuava com métodos não-cooperativos e não-violentos, após décadas de vitórias, foi sufocado nos anos de 1990. Os jornais deixaram de noticiar os abusos impostos por policiais aos manifestantes, que perderam sua sustentação política. Foi nesse contexto de silenciamento da luta pacifista que a tática Black Bloc ganhou força nos EUA, por obrigar os meios de comunicação a noticiar, mesmo que negativamente, a *r-existência*, como veremos mais adiante. Com o surgimento de mídias que desafiam esse monopólio da informação, forçando e agindo na prática para sua democratização, não será tempo de resgatarmos a não-violência?

MÍDIA TRADICIONAL

A abertura de novos meios de comunicação inaugurados pela mídia alternativa não significa que tenhamos que abandonar completamente a mídia tradicional. Significa apenas que não somos mais reféns dela. Ela ainda pode ser útil, contudo, na ampla veiculação de nossas ideias. Sua dependência de nós, leitores, audiência e fontes de notícia, pode ser usada para pressionarmos por matérias imparciais que revelem em larga escala a justiça de nossas causas e métodos.

O próprio Gandhi sabia que não bastava dar a outra face. Isso desperta, de fato, a centelha da conversão do opressor, mas esta só se realiza na ampla denúncia, que irá expor sua vergonha e convocará às ruas a indignação. O líder da independência indiana, por isso, articulou com inteligência sua influência e talento para propagar em jornais as injustiças sofridas pelo seu povo.

O que também devemos fazer: reaproximarmo-nos da mídia tradicional, chamar os jornalistas que ainda creem em algo para a força do movimento cidadão. Temos que lidar com habilidade com a complexidade dessas influências e com os veículos que se declaram lamentavelmente inimigos, por sua postura deliberada de manipulação.

Jamais com agressões, porém.

A condenação e boicote a dados veículos têm que ser inteligentes, como já foi feito, inclusive, com cancelamento de assinaturas, apropriação simbólica, recusa em dar qualquer depoimento. Mas não podemos apelar para posturas agressivas. Isso só se voltará contra as manifestações.

SOLIDARIEDADE EM REDE

Diversas vezes, o Estado buscou conter manifestações pacíficas com chantagens institucionais. Cortaram o ponto dos professores, demitiram garis. Ele se aproveita da dependência ilusória que tínhamos dele. Ilusória porque uma sociedade em rede é capaz de se organizar para mobilizar recursos que supram momentaneamente nossa dependência do estado.

O caso da ONG “Somos todos Amarildo” é emblemática. Mobilizou não apenas os recursos indenizatórios para a família de Amarildo que o Estado deveria garantir, como ainda conseguiu, com autorização da família, orientá-los para o suporte às famílias que sofrem do mesmo descaso.

As acusações surgidas na mídia, entretanto, mostram como toda a transparência é pouca quando há dinheiro envolvido. Aliás, esse recurso deve ser o último. Que se prefiram doações de roupas, comidas e outros condimentos necessários para cada caso.

Outras maneiras de se organizar autonomamente para não depender do Estado são fundamentais. Pequenas comunidades autossustentáveis, difusão da permacultura, são sem dúvida formas de organização da vida que ainda têm muito a contribuir e se aproximam da ideia de *Ashram*, que Gandhi desenvolveu na Índia.

INSTITUCIONALIDADE, PARTIDOS POLÍTICOS, BANDEIRAS E CARROS DE SOM.

A postura da tática diante da institucionalidade é antes de tudo crítica. Reconhecemos o poder de cooptação da institucionalidade, que pode condenar ao conservadorismo até os movimentos mais combativos. Por outro lado, não devemos negar a institucionalidade em si. Embora propositalmente falha, essa institucionalidade ainda nos garante direitos, embora abaixo do mínimo. É ela que impede a onda de prisões, tortura, perseguições e assassinatos que ocorreram na ditadura com quem quer que discordasse dela. Isso não significa que isso não siga acontecendo. Mas em um nível muito menor. Todos que estamos nas ruas já teríamos provavelmente sido assassinados ou torturados pela ditadura.

A crítica se estende ao voto. Dá-se a ele um peso excessivo, como se fosse a solução para todos os problemas. Infinitamente mais importante, porém, é a participação, pressão, fiscalização, denúncia, conscientização, debate, aprendizado. Um sistema representativo só pode ser democrático se houver participação. E quanto maior a participação e menor a representação, melhor. O objetivo do movimento popular deve ser a melhoria social e não a eleição de qualquer político para a melhoria social.

O Pacifismo Negro, assim, se desenvolve à margem dos partidos políticos. Eles só importam para o movimento na medida em que nosso foco é a participação ativa do povo nos rumos de sua cidade e seu país e não a representação institucional.

Nossa relação com partidos políticos, portanto, é de respeitosa indiferença. É bom lembrar: indiferença não significa repúdio, da mesma maneira que não significa exaltação.

No caso dos atos, deve haver a novidade estética. Velhas formas com carros de som e bandeiras remetem a uma política falida e precisam ser superados. Que cada pessoa que for a uma manifestação não tenha sua própria representatividade engolida por uma bandeira. Isso passa um sentimento de oportunismo nauseante, como se a bandeira buscasse se apropriar da imagem da multidão. O carro de som, por sua vez, impõe uma voz centralizadora que também submete o cidadão. Que a manifestação mantenha abertas as infinitas formas de expressão da pluralidade que recebe. Que ela acolha e não imponha.

Em nossos protestos, as bandeiras e carros de som deverão ser substituídos por faixas e microfones humanos. Entretanto, a forma com que nossas preferências (questionáveis por definição e princípio) se apresentam é mais importante. Nunca deverá recair em agressividade e imposição. O diálogo e o respeito deverão conduzir as mudanças, nunca a coação física.

O SÍMBOLO PACIFISTA

Muitos protestos desde junho já adotaram uma tática pacifista. Roletaços, Ocupa Ônibus, o grito da liberdade, fechamento de ruas, o próprio Black Bloc. No entanto, esses atos, embora criativos, foram silenciados pela mídia, não tiveram grande repercussão e conseqüentemente a adesão a eles foi menor do que poderia.

Há quem argumente que, justamente por serem pacíficos, esses atos não tiveram repercussão. Pensamos diferente. Primeiramente, acreditamos que eles têm outro tipo de repercussão, a longo prazo. As imagens do “Grito da liberdade”, por exemplo, chegaram às autoridades na OEA no último mês, que condenaram o Brasil pelos abusos do poder público nas manifestações. Mas em geral esses protestos não tiveram a devida repercussão porque se limitaram a um único ato, não desafiaram suficientemente a injustiça da ordem, apostaram em métodos repetitivos e pouco surpreendentes ou caíram na armadilha da violência quando a polícia atacou, perdendo sua legitimidade.

A não-violência deve ser uma tática constante e não restrita a poucos atos. É preciso que todos os protestos que apliquem métodos pacíficos, mas não passivos, se reúnam em torno de um conceito, um símbolo e um movimento amplo. Deve haver campanhas ao longo do tempo, para além de atos individuais, que se levantem contra imposições abusivas e em que se saiba da predisposição resoluta de não apelar à violência.

Dessa forma, caso haja violência, todos saberão que ela terá sido cometida exclusivamente pela polícia. Não será necessário procurar saber, explicar quem teria começado. Já se saberia de antemão. E o movimento crescerá quanto mais for reprimido. Mas não apenas por isso. Também pelo desafio à ordem injusta que deverá ser sistematicamente feito.

DIALÉTICA BLACK BLOC

Embora não-violenta, a tática negro-pacifista não se opõe à Black Bloc. Há coerência na condenação dessas dicotomias. Antes de qualquer crítica, a tática Black Bloc precisa ser compreendida.

Ela originalmente se destina à destruição de propriedade privada de grandes empresas transnacionais para recapturar a atenção dos meios de comunicação e comunicar seu repúdio ao capitalismo. Há o entendimento de que essa destruição de propriedade não rompe com a tradição de não violência, já que a destruição é orientada a coisas e não pessoas. Na verdade, a tática é frequentemente discutida na chave de uma intervenção autoexpressiva, na interface da política com a comunicação e a estética,

explica Pablo Ortellado, em artigo no Estado de São Paulo¹.

As principais críticas que vêm sendo feitas ao Black Bloc, portanto, acusando-o de fascismo, são também feitas na origem pelos próprios adeptos. Atacar pessoas e destruir propriedade de pequenos comerciantes não são atitudes condizentes com a tática anarquista.

A sacralidade da propriedade, nessa ação, também é contestada. A propriedade só pode ser sagrada na medida em que é universalizável e serve, através do trabalho, à vida do proprietário, seja na sua alimentação ou segurança. Sua sacralidade não é absoluta, mas deriva do direito natural de viver, na medida em que a primeira é condição para a garantia do segundo.

Ora, o que mais se tem observado no Rio de Janeiro é uma inversão: a prevalência da propriedade às custas da vida de milhares de pessoas removidas arbitrariamente de suas casas. As vitrines de banqueiros endinheirados não são sagradas. Eles não precisam delas pra viver. A casa das famílias removidas o são. A banca de jornal é sagrada para seu dono, que precisa dela para viver. Do mesmo jeito, um fusca é sagrado pro trabalhador., que precisa de transporte. O patrimônio público, não. Ninguém precisa dele pra viver.

A tática Black Bloc no Brasil, todavia, adquiriu características próprias. Não por qualquer orientação, mas pelo sentimento acumulado de revolta de muitos brasileiros. E se, raras vezes, o patrimônio de um trabalhador foi depredado, em todas elas os policiais atacaram e agrediram manifestantes, assim como manifestantes atacaram e agrediram policiais. O Pacifismo Negro condena radicalmente essas práticas. Embora essas mudanças sejam compreensíveis em uma tática sem organização central, elas não podem ser consentidas. Não devemos

¹ ORTELLADO, Pablo. O bloco dos desobedientes. Estado de São Paulo, 15/02/2014.. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-bloco-dos-desobedientes,1130747,0.htm>> Acessado em 16 de março 2014

enfrentar a opressão com o que nos confunde, mas com o que nos diferencia dela. Só essa atitude pode ser verdadeiramente libertária.

REVOLTA BLACK BLOC E DESCASO PÚBLICO/INSTITUCIONAL

Antes, no entanto, é preciso entender, com fraternidade, os motivos de quem aplica a tática. A imensa maioria pertence às periferias e favelas. A única língua que o Estado e a sociedade lhes ensinou, para além da comunidade, foi a da violência. O policial que o esculacha, a ausência de perspectivas e de inclusão, o descaso com a educação e os demais serviços públicos, o olhar condenatório das elites... Tantas violências, físicas e psicológicas, que a reação aos rolezinhos só veio escancarar. E no meio dessa violência, mais violência, com o discurso cínico dos políticos que os adulam em época de eleições (para os esquecerem logo depois) e paternalista dos intelectuais, que sequestram sua voz.

O rapper Emicida, na música “Cê lá faz ideia”, expressa com sensibilidade e revolta o quanto pequenos, mas profundos e repetitivos preconceitos convertem-se em ódio naqueles para quem um olhar basta para a marginalização. O medo que a pobreza provoca os exclui. Diante de tantos muros, nada mais sedutor e direto que a linguagem da violência para protestar, única que o Estado lhes ensinou.

E segue ensinando: desvio de dinheiro público, policiais assassinos e torturadores, transporte público caro e de péssima qualidade, política de turismo mais importante que a social, manipulação de uma mídia monopolista, raríssimos políticos que representem os interesses do povo, urnas eletrônicas suspeitas, Ministério Público omissivo e vendido. O que nos dizem as instituições? “Não creiam nessa sociedade”. Diante dessas instituições, propositalmente falidas, é tão estranho assim pensar que alguém que sofra diariamente na pele esses preconceitos e abusos queira que tudo vá pro inferno? Que a raiva e o ódio tomem por completo seu peito? Embora compreensível, também esse ódio precisa ser combatido.

E o único espaço que resta para uma ação amorosa, nesse cenário, é o da esperança. A cobertura midiática a toda hora quer sufocá-la. Os protestos seriam financiados por políticos, manifestantes seriam bandidos, nada deverá mudar, conformemo-nos com a mediocridade de nossas vidas. Já que a única opção está entre explorar ou ser explorado, exploremos. E o único sonho para o oprimido é se tornar o opressor.

Mas tudo isso é falso. É uma fábula que nos contam para permanecermos adormecidos. A melhor opção ainda é negar essas duas e persistir nas ruas. Essa é a aposta na esperança, que as manifestações de junho vieram resgatar. Para quem a nutre, poderia parecer que se teriam aberto dois caminhos, para que escolhêssemos um: a revolta destruidora ou o pacifismo assertivo. Essa é mais uma oposição ilusória, como veremos no próximo tópico.

ALTERNATIVA EXPRESSAMENTE PACIFISTA

Nenhuma ação humana pode ser total. Aos fragmentos temos acesso, apenas. No pacifismo negro estamos convictos do poder transformador da ternura aliada à ação política contundente. A tolerância é outro valor fundamental. Por isso, respeitamos outras perspectivas, ao mesmo tempo em que reconhecemos nossas limitações, inerentes a nossa condição. Quem define a estratégia das manifestações? O trabalho conjunto e imprevisível das ações humanas. Observam-se consensos e estabelecem-se posturas de acordo com as situações.

A tática Black Bloc, mais de uma vez, se quis não-agressiva e buscou evitar o confronto com a polícia. Curiosamente, quando isso ocorreu com mais clareza foi quando a repressão agiu com mais dureza, como se houvesse de antemão uma estratégia para deter, prender e dissuadir os cidadãos de protestarem. Falamos principalmente do 7 de setembro e do 15 de outubro. Nelas, o Black Bloc sucumbiu ao estigma que lhe foi imposto e sua mera presença justificou aos olhos vesgos da mídia e da sociedade a repressão policial, mesmo que o conflito tivesse sido detonado pela polícia. A indignação da opinião pública, nesse contexto, arrefece.

O Pacifismo Negro, nessa dinâmica, se oferece como tática manifestamente pacifista e paralela à Black Bloc, para a superação desse estigma. A associação criada pela mídia entre violência e Black Bloc é muito difícil de ser desconstruída. Embora combativa e canalizadora de nossas insatisfações, a tática não tem conseguido conquistar ampla legitimidade para o movimento popular aos olhos da opinião pública. É isso que o Pacifismo Negro irá buscar: a reconquista da legitimidade dos protestos a partir de uma abordagem expressamente pacifista, mas nunca passiva.

É preciso, contudo, reconhecer que as táticas de revolta empregadas pelo Black Bloc vêm repercutindo entre moradores de comunidades e periferias, justamente aqueles que têm menos voz nesse ente abstrato chamado “opinião pública”: queimar ônibus e não se intimidar mais pela polícia e a política repressiva do Estado têm marcado recentes protestos contra abusos policiais e assassinatos de cidadãos. Em uma cidade simbolicamente dividida, é perfeitamente compreensível a divergência de escolhas quanto aos métodos, de acordo com a realidade vivida. Entretanto, que a divisão dos métodos seja complementar, à diferença do que ocorre na divisão simbólica social excludente.

INSPIRAÇÃO BLACK BLOC

A profusão de críticas impede o reconhecimento de aspectos elogiosos no Black Bloc. Além dos já citados, como a superação do silenciamento midiático, a tática permitiu, depois de muito tempo, dar protagonismo àqueles que mais sofrem com a opressão. São os jovens de periferia, estudantes ou não, que se engajaram nessa luta. E têm demonstrado muito mais coragem e entrega do que os estudantes universitários de classe média, que historicamente tomaram a dianteira dos protestos de massa no Brasil. Nisso explica-se o pudor em se propor outra tática: não desmerecer esse protagonismo condenando-o mais uma vez à criminalização.

A música de Emicida e a própria tática Black Bloc despertam uma autocrítica fundamental no Pacifismo Negro. “Na boca de quem apoia, desova e se orgulha da honestidade que nunca foi posta à prova / Eu queria te ver lá, tiriça / Pra ver onde você ia enfiar essa merda do teu senso de justiça”.

O limite entre um pacifismo propositivo e a hipocrisia é tênue. O enfrentamento do ódio e da opressão deve ser constante, irrestrito e contundente, além de sempre amoroso, para que se ponha à prova a firmeza de nossos princípios.

O Pacifismo Negro, assim, não deve recair em um moralismo puritano. A legítima defesa é um direito. Malcom X sempre defendeu que essa seria a postura mais inteligente para o oprimido. Se nos propomos a abrir mão desse direito em nome de uma causa, não podemos ser pernósticos e exigir que outros o façam. Essa postura deve ser voluntária. É perfeitamente compreensível que pessoas que tenham passado a vida sofrendo abusos não se disponham a sofrê-los voluntariamente. É necessário um imenso autorrespeito e estima para aceitar essa posição, além do

sentimento e confiança de que a sociedade de alguma maneira irá nos defender desses abusos, solidarizar-se com nossa dor. Como disse Frantz Fanon, a violência contra a opressão tem o papel psicológico de recuperação da auto-estima pela ativação de um impulso vital de autopreservação. E a experiência de moradores de favelas e periferias já lhes mostrou que sua dor se banalizou aos olhos da sociedade, não há uma ampla mobilização de solidariedade.

Feitas essas observações, contudo, devemos defender que a organização em torno de um pacifismo e um posicionamento claro e articulado perante a sociedade tem o poder de subverter o sofrimento dessa violência estrutural. É esse movimento inovador que queremos construir, rompendo assim as barreiras erguidas e sustentadas pela violência desde os tempos da casa grande e senzala e do genocídio ameríndio.

Assim, ao lado da tolerância e da compreensão de outras subjetividades, sofrer a violência sem reagir fisicamente é um exercício espiritual que precisa ser constantemente trabalhado dentro de um pacifismo propositivo.

Voltando ao aprendizado com a experiência dos Black Blocs, a ausência de liderança é outro mérito, para que a ideia sobreviva aos homens e transcenda seu tempo e espaço. A revolução, afinal, só pode ser global. Não se pode separar a riqueza dos EUA da pobreza do mundo. Não se pode separar a riqueza da China da pobreza da China. Não se pode separar a riqueza do Brasil da pobreza do Brasil. Um país não pode querer ser rico se o custo é perpetuar uma estrutura econômica miserável e destruidora da natureza e de outros povos. Não devemos ter como meta a exportação dos problemas estruturais de nosso sistema. O nacionalismo só faz sentido enquanto afirma a humanidade. A transformação, assim, tem que ser permanente e simultânea em todos os países. Em outras palavras, mundial.

Ao invés de um líder e uma massa, além disso, que tenhamos uma massa de líderes, uma multidão reflexiva e vibrante. Que todos se responsabilizem por todos e assumam a principal tarefa: pensar. Que essa multiplicidade de ideias e visões nos dêem uma abertura radical ao diálogo e à autocrítica: devemos não apenas aceitar, mas nos nutrir do contraditório.